

CRISE ESTRUTURAL DO SISTEMA DO CAPITAL, DOMINAÇÃO SEM SUJEITO E FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA

Aécio Alves de Oliveira, Carlos Américo Leite Moreira e Marcelo Santos Marques¹

aecioeco@ufc.br; americo@ufc.br e marcelocefetce@yahoo.com.br

1. A GENEALOGIA DO CAPITAL E SUAS CONTRADIÇÕES

Nos *Grundrisse*, Marx discorre sobre a gênese do capital assinalando a existência de um sistema autogerado, centrado em uma racionalidade crescentemente expansiva, na forma dinheiro que se desdobra em mais dinheiro. Um organismo orientado para uma dominação impessoal e (quase) objetiva (POSTONE, 2000: 88) que se impõe por intermédio das ações dos sujeitos humanos corporificados, sejam eles capitalistas ou trabalhadores.

Marx expõe o sistema do capital como um organismo auto-referenciado, seguindo dois percursos: um histórico e o outro lógico. No primeiro, ele apresenta a gestação do capitalismo que se desenrola desde a cooperação simples até alcançar a grande indústria. Nesta, o desenvolvimento da maquinaria corresponde à passagem da subsunção formal para a subsunção real, por meio da qual o trabalho se dissolve como um fator do capital (MARX, 1995: 89). No segundo, ele reflete idealmente como o sistema do capital foi se gestando em sua concretude, fazendo uso da construção de uma dialética conceitual. Nesta, uma categoria “pobre”, exatamente por sua insuficiência para dar conta do real, exige outra cada vez mais “rica”, para que se possa melhor espelhar idealmente o funcionamento da realidade social. Assim, Marx explicita como a troca simples determinou a existência da troca complexa; como o equivalente se transformou em equivalente geral e como o ouro foi elevado a essa condição; e, por fim, como o dinheiro se metamorfoseou em capital. Nos *Grundrisse*, ele revela como o dinheiro, de medida do valor, transformou-se em finalidade, assumindo a condição de capital. (MARX, 1972, vol. 1: 95)

¹ O primeiro, Professor Adjunto do Departamento de Teoria Econômica da Universidade Federal do Ceará – UFC e Doutor em Sociologia pela UFC. O segundo, Professor Adjunto do Departamento de Teoria Econômica e do Mestrado em Logística e Pesquisa Operacional – GESLOG - da UFC e Doutor em Economia pela Universidade de Paris XIII. O terceiro, mestre em Educação e doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará – UFC, bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP e professor do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará – CEFETCE. Os três são pesquisadores do Laboratório de Estudos Marxianos – LEMARX.

Tanto nos *Grundrisse* como em *O Capital*, Marx analisa o processo de valorização do valor, e como se fetichizam suas relações nas determinações do salário, do preço e do lucro. Contudo, nos *Grundrisse*, Marx avança até a desconstrução do valor, assinalando que a contradição central do sistema do capital reside na substituição do trabalho vivo por trabalho objetivado. Esta contradição, posta em movimento, como uma “contradicción en proceso”, teria, potencialmente, força capaz de abalar sua lógica de funcionamento. (MARX, 1972, vol. 2: 229)

Marx inicia a exposição em *O Capital*, utilizando uma categoria caótica: a mercadoria. Ele afirma que a riqueza que caracteriza o modo de produção capitalista aparece como uma “imensa coleção de mercadorias” (MARX, 1985: 45). Em sua visão é como se estivéssemos defronte a uma prateleira de supermercado, onde estão dispostas ao olhar público uma grande variedade de mercadorias. É uma diversidade de produtos com diferentes valores de uso e proporções em que podem ser quantitativamente relacionadas. Diante de tanta variedade, como seria possível, então, a troca de uma mercadoria por outra ou a sua aquisição em dinheiro? Como decifrar o enigma da sociedade produtora de mercadoria? Essa foi a tarefa que Marx tomou para si como objeto de estudos de sua vida intelectual madura.

Para lograr tal intento, Marx demonstra por meio de um constructo lógico como as relações de “troca simples” desembocam nas “trocas complexas”, e como estas se metamorfoseiam até assumirem a autônoma forma-dinheiro. A disseminação das trocas exigiu o estabelecimento de um equivalente geral. Historicamente ele foi o cobre, a prata, o ouro etc. Este último foi elevado à condição de equivalente geral por suas qualidades próprias. Isso porque é uma mercadoria durável e divisível em quantas partes se fizerem necessárias para melhor expressar o conteúdo da relação de troca. Na condição de equivalente geral, o dinheiro assume duas expressões: como medida da riqueza produzida e meio de troca. A estas duas dimensões se acrescenta uma terceira e mais importante característica: a de finalidade. Ele próprio se transforma no fim último de toda a produção, passando a existir como capital.

A busca frenética por mais dinheiro tornou-se a mola-mestra do sistema do capital, inaugurando uma sociabilidade fundada sobre o domínio das coisas e sobre a dependência das pessoas. Uma relação social totalizadora cujos imperativos vão se impondo sobre as diferentes subjetividades humanas, impactando sobre seu caráter e sobre suas relações intersubjetivas. Aparentemente, o modo de produção capitalista funciona com base em determinações pessoais postas pela condição de classe e pelo

jogo de interesses pessoais. Contudo, não é bem assim. O capitalista que não agir como executor da racionalidade que exige a expansão do dinheiro, vai à falência. O trabalhador que não se comportar como sujeito-mercadoria (vendedor de força-de-trabalho) é banido da própria existência social e biológica. Assim, o trabalhador e o capitalista, como duas faces opostas da mesma moeda, foram, cada um a seu modo, individual ou coletivamente, reduzidos à condição de *personas personas do capital*, que se submetem ao processo de “dominação sem sujeito”. (KURZ, 2000: 151)

Historicamente, o capital vai elevando sua composição orgânica incorporando novas tecnologias à produção, ampliando a participação do capital fixo em prejuízo do capital variável. Contraditoriamente, ao potencializar sua produção, provoca uma redução da participação dos produtores diretos na produção; ao otimizar a produtividade do trabalho, cada unidade produzida comporta um *quantum* menor de tempo de trabalho. Assim, a contradição assinalada torna-se central, pois a substituição do trabalho vivo por trabalho morto torna a produção de riqueza cada vez menos dependente do tempo de trabalho empregado diretamente, se comparado ao conteúdo científico e tecnológico que lhe dá suporte:

El trabajo ya no aparece tanto como recluso em el proceso de producción (...). Se presenta al lado del proceso de producción, en lugar de ser su agente principal (...). Tan pronto como el trabajo en su forma inmediata ha cesado de ser la gran fuente de la riqueza, el tiempo de trabajo deja, y tiene que dejar, de ser su medida y por tanto el valor de cambio [[deja de ser la medida]] del valor de uso. (MARX, 1972, vol. 2: 228)

Essa contradição, levada ao limite, com a crescente subsunção da ciência e da tecnologia ao processo de produção do capital, determinaria uma redução substancial do tempo de trabalho social necessário para a produção das mercadorias. Porém, como o tempo de trabalho incorporado à produção determina seu valor, a redução do trabalho direto também importaria a diminuição da base de valorização do capital. Como consequência, o sistema do capital, cuja única finalidade reside na produção do valor, passaria então a gerar riqueza material e não valor: “Con ello se desploma la producción fundada en el valor de cambio”. (MARX, 1972, vol. 2: 229)

2. CRISE DO FORDISMO-KEYNESIANISMO E A NOVA REGULAÇÃO DE DOMINÂNCIA FINANCEIRA

De acordo com Chesnais, vivenciamos a era da *mundialização do capital*, “uma etapa particular do estágio do imperialismo” (2003: 46), na qual predomina o regime de regulação de dominância financeira. Uma época caracterizada pela crescente importância do capital financeiro sobre o produtivo. Um momento em que os diversos Estados nacionais se subordinam à lógica do capital rentista mundializado, sendo obrigados a abrir mão das barreiras de proteção às suas economias e a permitir a livre movimentação de capitais financeiros. De onde nasceu esse regime de dominação? Qual a relação da dominância financeira com o circuito da produção? Qual o nexos entre a dominância financeira com a “dominação sem sujeito”? Quais as ligações com a teoria do valor de Marx? Quais os vínculos com o desenvolvimento da contradição central assinalada nos *Grundrisse*? As respostas a estas perguntas conduzirão ao momento de fecho deste ensaio.

De acordo com Chesnais, as origens da *mundialização financeira* devem ser buscadas na crise do modo de regulação fordista-keynesiano. A crise do capital disseminada nos idos de 1970, quando se esgota a “idade de ouro” do pós-guerra II, explicita a nova emergência de fluxos financeiros não investidos ou de rendas não consumidas. Crise que: “só pode ser compreendida levando em conta as crescentes dificuldades de valorização do capital investido na produção”. (CHESNAIS, 2003, p. 17) Como, então, Chesnais refletiu o funcionamento do regime fordista-keynesiano? Quais as condições que determinam o seu esgotamento? Quais as circunstâncias que conformaram o desenvolvimento do regime de dominância financeira?

O regime de acumulação fordista apresentava três características básicas: a organização científica do trabalho, que buscava otimizar e racionalizar o tempo de produção; uma relação salarial que condicionava a evolução dos salários reais a ganhos de produtividade, acompanhada de um forte sistema de proteção social para os trabalhadores; e um sistema de crédito ordenado nacionalmente, que financiava o capital produtivo a juros baixos. O regime de acumulação fordista compunha um sistema financeiro administrado pelo Estado, que se propunha a manter elevada a demanda agregada. (MOREIRA, 2005: 29)

O modo de regulação fordista representou para o capitalismo uma época de expansão econômica possibilitada “em grande parte às condições favoráveis de

reconstrução do pós-guerra e à posição nela assumida pelo complexo industrial-militar maciçamente financiado pelo Estado”. (MÉSZÁROS, 2003: 96) Esse *boom* de crescimento começa a apresentar sinais de declínio no final dos anos de 1960. Os estímulos produtivos nascidos sobre os escombros da guerra haviam se esgotado. Já não havia mais nada para reconstruir!

A produção capitalista, submetida a um processo de concorrência intercapitalista e a um desenvolvimento crescente da ciência e da tecnologia, tornava-se cada vez mais onerosa. Os capitais privados, mais e mais, tinham que investir em ciência avançada. Os ganhos elevados dos trabalhadores tornavam-se cada vez mais incompatíveis com as novas condições de valorização do capital. Em consequência da crise de valorização do capital, que compromete sua capacidade de arrecadação e de investimentos públicos, o Estado também entra em crise. Não havia o mesmo fôlego para continuar financiando a indústria capitalista.

Em virtude da “crise fiscal”, os Estados perderam paulatinamente a condição de dínamo do desenvolvimento das economias locais e a capacidade de formular suas próprias políticas monetárias e se submeteram à tutela de organismos supranacionais. O controle externo impôs a remoção de barreiras protecionistas e a livre circulação do capital financeiro e de mercadorias. Com isso abria-se um imenso espaço para a realização do capital. “A abertura, externa e interna, dos sistemas nacionais, anteriormente fechados e compartimentados, proporcionou a emergência de um espaço financeiro mundial.” (CHESNAIS, 1996: 12)

Desde então, o mercado financeiro vem sendo guindado à condição de instituição privilegiada para regular a acumulação de capital, terminando por impor seus critérios de liquidez às empresas produtivas, obrigando-as a se submeterem a suas metas de rentabilidade, evidenciando o que Chesnais designou de dominância financeira. Para explicitar os fundamentos desse novo regime financeiro de dominação do capital, Chesnais recorre à teoria do valor de Marx:

O termo “regime de acumulação” (...) exprime a possibilidade teórica da existência de configurações político-econômicas nas quais a importância assumida pela forma $D \dots D'$, e pela formação de importantes camadas sociais que dependem de retiradas financeiras sobre o valor, incide pesadamente sobre a forma $D-M \dots P \dots M'-D'$ e, portanto, tais configurações constituiriam precisamente um obstáculo ao crescimento.” (CHESNAIS, 2003: 47)

Nessa passagem, Chesnais refere-se à existência de dois circuitos de reprodução do capital: um “longo” e um “encurtado”. O primeiro é realizado pelo processo de produção de mercadorias em que o dinheiro inicialmente investido se desdobra na forma de mais dinheiro. Já no segundo, a expansão do dinheiro ocorre sem a mediação da produção. O “percurso extenso” desenvolve-se no âmbito da produção e se realiza na esfera da circulação. O “abreviado” é um fenômeno intrínseco ao espaço da circulação, por isso, de acordo com Marx, ele conduz os *sujeitos do capital* a ilusão de que é possível valorizar o seu capital sem passar pelo processo de produção e, portanto, pode prescindir do trabalho para a sua realização:

Exatamente porque a figura monetária do valor é sua forma autônoma, palpável, de manifestação, a forma de circulação D ... D' (...) O processo de produção aparece apenas como elo inevitável, como mal necessário, tendo em vista fazer dinheiro. Todas as nações de produção capitalistas são, por isso, periodicamente assaltadas pela vertigem de querer fazer dinheiro sem a mediação do processo de produção. (MARX, *In*: CHESNAIS, 2003: 46)

É nesta construção, que Chesnais vai buscar as bases para aduzir a atual preponderância do “circuito encurtado” sobre o “longo” no processo de expansão do capital, configurando a existência de um novo regime de regulação, agora, de dominância financeira.² De acordo com as suas reflexões, o capital tem atualmente preferido a velocidade do “circuito abreviado”, em detrimento da extensa *démarche* “alongada”. Em assim se comportando, o capital rentista também tem se afirmado como um modelo aos capitais produtivos, obrigando-os a se espelharem em seus critérios de liquidez e rentabilidade.

Nessa nova lógica, observa-se o poder cada vez maior dos investidores institucionais. O objetivo de suas operações é gerar ganhos elevados para os acionistas, resultando numa arbitragem permanente entre distribuição de dividendos e reinvestimentos na empresa. Nesse sentido, pode-se falar de “financeirização da empresa” na medida em que sua organização interna é redefinida com o objetivo de atender as restrições impostas pelo mercado financeiro. (MOREIRA, 2005)

Na avaliação de Chesnais, a financeirização da economia trouxe como consequência a intensificação da centralização do capital, por intermédio de um: “...

²Afirmar a preponderância do “espaço abreviado” não conduz Chesnais à ilusão de apontar a existência de um capital deslocado da “economia real”. O capital financeiro não brota como erva-daninha, ele nasce da produção do valor e daí se desloca para o espaço financeiro.

processo nacional e internacional que resulta de fusões e aquisições orquestradas pelos investidores financeiros e seus conselhos.” (CHESNAIS, 2004: 35-36) A centralização do capital permite aos grupos industriais aumentarem suas participações no mercado mundial, mesmo em conjunturas de baixo crescimento. Ao promoverem fusões e aquisições, os grupos oligopolistas agregam atividades antes realizadas em cada uma das unidades particulares. Com isso, também desativam parcelas significativas de capitais fixos ainda em uso e, em decorrência, eliminam uma parte do trabalho produtivo. Ao mesmo tempo, incorporam novas tecnologias ao processo de produção, tornando-o cada vez mais mecanizado e menos dependente das atividades diretamente desempenhadas pelos trabalhadores.

Os investimentos realizados em tal contexto não engendram aumento da capacidade produtiva, mas operações de reestruturação produtiva que significam a especialização em atividades mais competitivas e a terceirização de atividades secundárias. Além disso, alguns oligopólios já atingiram um nível de sofisticação a ponto de possuírem suas próprias instituições de fomento. Os gerentes financeiros das empresas industriais tendem a conservar uma quantidade importante de dinheiro excedente em caixa, em investimentos líquidos, em vez de reinvesti-los na produção.

A segunda consequência mencionada por Chesnais refere-se à maneira como a finança foi bem sucedida em colocar a “*exteriorité à la production*” no centro dos grupos industriais. Na visão do autor, essa é uma das características mais originais da contra revolução social contemporânea. Os grupos industriais devem ser administrados de acordo com os critérios puramente financeiros, satisfazendo os objetivos de rentabilidade de curto prazo dos gestores de fundos especulativos. Passa-se de uma lógica de longo prazo para a do curto prazo, baseada em uma reestruturação produtiva que, por sua vez, trazem como consequência, a uma redução do número de trabalhadores envolvidos diretamente na produção.

Os trabalhadores ao serem reduzidos à condição de “força-de-trabalho supérflua” (MÉSZÁROS, 2002: 343) são cotidianamente convidados a conviverem com a flexibilização de seus direitos sociais e trabalhistas e com a crescente precarização de suas relações de trabalho. Também são intimados a se habituarem retomada de práticas inerentes à mais-valia absoluta. Contraditoriamente, também são envidados a conviverem com os critérios da *competitividade* e da *produtividade*, demandados pela aplicação da tecnologia *high-tech* subordinada à liquidez do capital financeiro. É a ditadura do aqui e agora, em meio a um tornar-se descartável.

A *mundialização financeira* acirra a contradição central, já que intensifica o processo de inovação tecnológica da empresa. Os investimentos são predominantemente redutores de capacidade de produção na “empresa-sede”. A focalização em torno da atividade principal está associada ao fechamento de unidades de produção e redução de efetivo.

3. FINANCEIRIZAÇÃO E INCONTROLABILIDADE DO CAPITAL

A emergência do regime de dominância financeira não acaba com a crise. Antes pelo contrário, colabora para seu aprofundamento. Os capitais particulares podem obter ganhos em uma maior velocidade em detrimento de outros e isso não altera a natureza do sistema. O único objetivo do sistema do capital sempre foi e continua sendo valorizar-se de forma ampliada. Para fazê-lo, no entanto, precisa como uma “*questión de vie et de mort*” (MARX, 1972, vol. 2: 229), comprar força-de-trabalho. Afinal, o tempo de trabalho é a medida do valor. Contudo, a emergência do regime de dominância financeira empurra o capital para realizar um movimento em sentido contrário, desmobilizando seu capital fixo e, em decorrência, eliminando o trabalho.

É verdade que no “processo encurtado”, o capital se amplia com uma maior liquidez. No entanto, ao deslocar os recursos para a esfera financeira, o capital aborta as possibilidades de expandir produtivamente. Agindo assim, ele pode até elevar a sua capacidade de realização, mas, não a de valorização. Ao gerar uma riqueza abstrata, sem a mediação da produção, o capital abdica de cumprir o seu desígnio.

A escolha de qualquer de um dos dois movimentos, vem contribuindo para aprofundar ainda mais o movimento de sua contradição central. Ao desativar parte de seu parque industrial no processo de fusão e aquisição de empresas, o capital sangra autofagicamente, diminuindo ainda mais sua base de valorização. Ao tornar inativa parte de sua estrutura produtiva, ainda que em nome de uma propensa *produtividade*, ele atua contra sua substância. Agindo em sentido contrário, isto é, aportando recursos em novas tecnologias, termina por substituir trabalho vivo por trabalho morto, aprofundando sua contradição central.

Como causa e conseqüência, uma crise se imbrica dentro da outra. A financeirização da economia acelera o movimento da contradição central do sistema do capital. A crise do regime de dominância financeira se materializa com a expansão de “bolhas especulativas”. São “bolhas” em constante ebulição, cuja incontrolabilidade e

volaticidade se precipitam, ora aqui, ora acolá, produzindo efeitos devastadores sobre as diferentes economias nacionais. Os últimos *crash* das bolsas de valores só evidenciaram a sua incontrolabilidade. Essa tensão especulativa que paira sobre as bolsas de valores de todo o mundo também se espraia sobre os capitais produtivos. Ela os contamina por meio da pressão dos acionistas por uma maior rentabilidade. O critério da liquidez exige uma mobilidade que os capitais produtivos não têm como alcançá-la. Por isso, seus executivos têm recorrido a fraudes contábeis para alimentar sua cotação nas bolsas, como forma de alcançar uma maior rentabilidade. A “dimensão fictícia” do mercado futuro reforça a incontrolabilidade do capital em seu conjunto.

O movimento do capital funciona como um permanente conflito. Ao mesmo tempo em que desenvolve crises particulares, também produz contratendências que o possibilitam responder e refrear as suas próprias contradições. Em particular, o processo de financeirização da economia apresenta-se como uma contratendência à sua crise de valorização. De outra parte, os capitais produtivos vêm atualmente desenvolvendo contratendências neutralizadoras no sentido de paralisar ou retardar este desenvolvimento tendencial. Por exemplo, impondo uma crescente obsolescência dos valores de uso das mercadorias (MÉSZÁROS, 2002: 634), criando novas necessidades de consumo, aumentando a exploração dos trabalhadores, terceirizando, financeirizando empresas, etc.

A utilização destas contratendências, isoladamente ou em conjunto, leva a supor que o capital tem forças para neutralizar as contradições que corroem seus fundamentos, como o fez com outras crises no passado. Contudo, as contratendências não podem ir de encontro à sua incontrolável ânsia de se expandir. Sua ação tem de ser limitada às condições que preponderam na reprodução de seu sistema. Elas necessariamente têm de se subordinar a sua tendência dominante que, no presente, é a de buscar operar à base da incorporação das novas tecnologias cibernético-informacionais ao circuito da produção, tornando o trabalho direto crescentemente supérfluo.

Se a contradição central do sistema do capital assinalada por Marx nos *Grundrisse* e sua tendência à *mundialização financeira* corresponderem à realidade dos fatos, *os agentes humanos* enquanto *pessoas personas* e as instituições nacionais e supranacionais do capital só podem interferir à medida que se coadunem com as tendências impostas pelo atual estágio de desenvolvimento do sistema. Esse é o limite de sua ação e o espaço reservado para a sua autonomia decisória.

Em verdade, parece-nos correto afirmar que a financeirização da economia já estava *inscrita*, como possibilidade tendencial do capital, em virtude da busca frenética por um circuito “cada vez mais encurtado” de sua realização. A transferência do *locus* privilegiado da esfera produtiva para a financeira só acentua a incontornabilidade e explicita a tendência ao desenvolvimento auto-expansivo do sistema. E torna mais evidente seu processo de “dominação sem sujeito”.

BIBLIOGRAFIA:

CHESNAIS, François. (2004), *La finance mondialisée: racines sociales et politiques, configuration, conséquences*. Paris, la Découverte.

_____. (1996), *La Mondialisation Financière: genèse, coût et enjeux*. Paris, Syros.

_____. (2003), *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Cemarx.

KURZ, Robert. (2000), *Dominação sem sujeito: sobre a superação de uma crítica social redutora*. In: *Seminário Internacional: Teoria Crítica Radical, a Superação do Capitalismo e a Emancipação Humana*. Ceará: Instituto de Filosofia da Práxis.

MARX, Karl. (1995), *Capítulo Inédito d'O Capital, resultado do processo de produção imediato*, Portugal: Publicações Escorpião.

_____. (1972), *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse)*. Volumes. 1 e 2. Espanha: Editora Siglo Veintiuno.

_____. (1985), *O Capital*. Vol. 1. São Paulo: Ed. Nova Cultural.

MÉSZÁROS, István. (2002), *Para Além do Capital: Rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo Editorial.

_____. (2003), *Século XX: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo Editorial.

MOREIRA, Carlos Américo Leite. (2005), *O Financiamento Especulativo dos Grandes Grupos Econômicos na Origem da Crise do Regime de Acumulação de Dominância Financeira*. In: *Revista de Políticas Públicas /Universidade Federal do Maranhão*, São Luis: EDUFMA.

POSTONE, Moishe. (2000), *Repensando a Crítica de Marx ao Capitalismo*. In: *Seminário Internacional: Teoria Crítica Radical, a Superação do Capitalismo e a Emancipação Humana*. Fortaleza: Instituto de Filosofia da Práxis.